

NP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.  
(Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

NP CENTRO ADMINISTRATIVO S.A.  
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
NP Centro Administrativo S.A. - Em Recuperação Judicial  
Brasília - DF

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da NP Centro Administrativo S.A. - Em Recuperação Judicial ("NP Centrad" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NP Centro Administrativo S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1(a) às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em sucessivos prejuízos em suas operações, no montante de R\$ 171.987 mil (R\$ 184.730 mil em 2021), apresentou passivo a descoberto em montante de R\$ 891.788 mil (R\$ 732.623 mil em 2021) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 63 mil, principalmente em decorrência dos reflexos do resultado de equivalência da investida indireta Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD (CENTRAD). De acordo com a Nota Explicativa nº 1(a), em 04 de maio de 2022 a CENTRAD tomou conhecimento da anulação do Contrato de Concessão e a partir da referida data a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, além disso, atualmente existem negociações e processos judiciais e administrativos envolvendo a CENTRAD, Governo do Distrito Federal e Financiadores do contrato que discutem a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

## Ênfases

### Realização do ativo financeiro da concessão da investida indireta CENTRAD

A investida indireta CENTRAD apurou, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.180.788 mil. Contudo, em função dos aspectos já mencionados no parágrafo acima “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, a realização do ativo financeiro da concessão registrado nas demonstrações contábeis da investida, depende dos desdobramentos e da conclusão dos referidos processos e negociações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Contrato de concessão da investida indireta CENTRAD com o poder concedente

Conforme Nota Explicativa nº1, em 04 de maio de 2022, a investida indireta CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento. A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a CENTRAD reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão. Chamamos a atenção a esta divulgação considerando que o resultado destes processos e negociações em curso podem causar impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2023.

NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial  
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro  
 Em milhares de reais

Ativo	2022	2021	Passivo e passivo a descoberto	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	156	125	Fornecedores	5	2
Tributos a recuperar	6	6	Obrigações sociais e trabalhistas	1	1
Adiantamento a terceiros	191	191	Sociedades do Grupo Novonor (Nota 6 (c))	410	280
	<u>353</u>	<u>322</u>		<u>416</u>	<u>283</u>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (b))	1.813	1.768	Empréstimos (Nota 8)	7.994	6.497
Sociedades do Grupo Novonor (Nota 6 (a))	1.349	1.349	Provisão para perdas em investimentos (Nota 7 (b))	874.579	707.701
	<u>3.162</u>	<u>3.117</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (b))	113	12.822
			Sociedades do Grupo Novonor (Nota 6 (d))	12.201	8.759
				<u>894.887</u>	<u>735.779</u>
			<b>Passivo a descoberto (Nota 9)</b>		
			Capital social	81.189	68.367
			Prejuízos acumulados	(972.977)	(800.990)
				<u>(891.788)</u>	<u>(732.623)</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>3.515</u>	<u>3.439</u>	<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>	<u>3.515</u>	<u>3.439</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações continuadas		
Despesas gerais e administrativas (Nota 10)	(187)	(241)
Resultado de participação societária (Nota 7 (b))	<u>(166.878)</u>	<u>(180.257)</u>
Prejuízo operacional	(167.065)	(180.498)
Resultado financeiro		
Resultado financeiro, líquido (Nota 11)	<u>(4.922)</u>	<u>(4.232)</u>
Prejuízo do exercício	<u><u>(171.987)</u></u>	<u><u>(184.730)</u></u>
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação) (Nota 12)	<u>(3,73)</u>	<u>(5,20)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do passivo a descoberto</u>
Em 1º de janeiro de 2021	68.367	(616.260)	(547.893)
Prejuízo do exercício		(184.730)	(184.730)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>68.367</u>	<u>(800.990)</u>	<u>(732.623)</u>
Prejuízo do exercício		(171.987)	(171.987)
Aumento de capital social (Nota 9 (a))	12.822		12.822
Em 31 de dezembro de 2022	<u>81.189</u>	<u>(972.977)</u>	<u>(891.788)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(171.987)	(184.730)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7 (b))	166.878	180.257
Ajuste a valor presente sobre empréstimo (Nota 8)	(8.996)	(11.770)
Juros sobre empréstimo e custo de transação (Nota 8)	13.934	16.007
	(171)	(236)
Variação dos ativos e passivos:		
Tributos a recuperar		(1)
Fornecedores	4	(85)
Outros passivos	130	280
Caixa líquido aplicado nas operações	(37)	(42)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (b))	(45)	(1.768)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(45)	(1.768)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 6 (b))	113	1.817
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	113	1.817
Aumento de caixa e equivalente de caixa	31	7
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125	118
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	156	125

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1. Informações gerais

A NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 23 de setembro de 2013, inicialmente sob a denominação de Centrad Participações S.A., que tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, e podendo exercer as atividades do seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente, através de subsidiárias, ou através de participação no capital de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Novonor Properties Parcerias S.A. - em Recuperação Judicial (“NP Parcerias”), e é parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo”).

A Companhia é investidora direta da CENTRAD Holding S.A. (“CENTRAD Holding”), através do controle compartilhado com a Via Engenharia S.A. - em Recuperação Judicial (“VIA”), e investidora indireta da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD (“CENTRAD”).

O contrato de concessão da investida indireta CENTRAD foi assinado em 8 de abril de 2009, mediante licitação pública regida pelo Edital de Concorrência nº 01/2008 em regime de Parceria Público-Privada (“PPP”), cujo objeto era a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração, direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF.

#### (a) Perspectivas econômicas e fatos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 63, passivo a descoberto no montante de R\$ 891.788 (2021 – R\$ 732.623) e um prejuízo de R\$ 171.987 (2021 – R\$ 184.730), impactado principalmente pelo reflexo da equivalência da CENTRAD, em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (“GDF”). A Administração da investida, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte.

#### CENTRAD

Em 31 de março de 2022, diante do profundo desequilíbrio da concessão ocasionado pela inadimplência do Poder Concedente, o que resultou em impactos materiais na capacidade financeira do CENTRAD, as acionistas controladoras aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a tomada de todos os atos necessários à extinção do Contrato de Concessão, em especial o ajuizamento de eventuais ações visando o pagamento de possíveis indenizações e/ou ressarcimentos dos custos incorridos pela Centrad Concessionária na realização do Projeto PPP/CADF – custos de obra e demais custos administrativos e de gerenciamento do empreendimento, bem como pagamentos decorrentes de eventuais obrigações que a Centrad Concessionária entenda de responsabilidade do Poder Concedente, à luz do contrato firmado para a realização do empreendimento CADF.

Após o ajuizamento da correspondente ação judicial visando à extinção do Contrato de Concessão e o pagamento das indenizações e ressarcimentos dos custos incorridos pela CENTRAD na realização do Projeto PPP/CADF, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, datada de 13 de maio de 2022, do despacho de lavra do Governador do Distrito Federal determinando a anulação da Concorrência nº 01/2008-CODEPLAN e do Contrato de PPP decorrente do certame.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A CENTRAD discorda da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, o que será objeto dos devidos questionamentos pelas vias cabíveis.

Em 04 de maio de 2022, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento.

As condições de entrega constaram de laudo elaborado por perito independente, devidamente entregue ao Distrito Federal por meio da Notificação, protocolizada perante a Secretaria da Casa Civil do ente distrital sob o nº SEI-GDF nº 00002-00002111/2022-18, em 22 de abril de 2022.

A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Concessionária reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão.

Em 31 de dezembro de 2022, a CENTRAD apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.575.923 (2020 - R\$ 1.232.959) em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP. A Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. A construção dessa solução se dará, obrigatoriamente, com a participação dos três entes envolvidos, considerando que a situação apresentada é devido à ausência de pagamentos pelo Poder Concedente.

#### (b) Acordo Global da Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em 22 (vinte e dois) anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre, de um lado, a Novonor e a controlada indireta CNO S.A. e, de outro lado, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, um Acordo de Leniência, no qual a Novonor e a controlada indireta CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões em 23 (vinte e três) parcelas anuais, que será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo celebrado com o MPF, as 5 (cinco) primeiras parcelas serão adimplidas com os valores já desembolsados pela Novonor no âmbito do Acordo Global.

A Novonor reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Administração avalia que, apesar das tentativas do GDF de utilizar, ilegalmente, os elementos que fazem parte ou decorrem do Acordo de Leniência do Grupo Novonor para tentar anular o Contrato de PPP, esses fatos que fazem parte ou decorrem do acordo não tendem a gerar impactos.

#### (c) Recuperação judicial do Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, NP Parcerias, Nonovor Properties Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Investimentos”) e Novonor, juntamente com outras empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, não incluindo NP Parcerias e a Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 15 de outubro de 2020, os planos de Recuperação Judicial da Companhia e da controladora NP Parcerias foram aprovados em Assembleia Geral de Credores. Em 18 de dezembro de 2020 e 22 de janeiro de 2021, os planos da NP Centrad e NP Parcerias, respectivamente, foram homologados pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

#### (d) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 14 de junho de 2023.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.3. Instrumentos financeiros

##### 2.3.1. Ativos Financeiros

###### (a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecido inicialmente pelo valor justo da operação e subsequentemente pode ser classificado como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

###### (b) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem Caixa e equivalente de caixa (Nota 5) e Sociedade do Grupo Novonor (Nota 6 (a)).

##### 2.3.2. Passivos Financeiros

###### (a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros da Companhia incluem financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

#### 2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. O montante da perda de crédito esperada é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

#### 2.4. Investimentos controlados em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

As políticas contábeis da controlada em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### 2.5. Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")

Referem-se aos recursos enviados às investidas e recebidos das controladoras, para posterior capitalização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

#### 2.6. Sociedades do Grupo Novonor

Refere-se a transações, financeiras ou não, realizadas com empresas do Grupo Novonor que originem um direito de receber caixa ou outro instrumento financeiro.

#### 2.7. Mútuos

Refere-se a contratos de mútuo realizados com empresas ligadas, possuem data de vencimento definida e podem ser remunerados ou não de acordo com o instrumento celebrado entre as partes.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.8. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Refere-se a valores capitados, junto à instituição financeira, para financiamento da implantação do CADF pela CENTRAD.

#### 2.9. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

A Companhia avaliou as alterações nas normas contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. As alterações aplicadas à realidade da Companhia são:

##### Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 (CPC 25), Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

##### Revisadas e não vigentes

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("*single transaction*") – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 3. Gestão de risco financeiro

##### 3.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, sociedades do grupo Novonor, empréstimos e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações

##### (a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia possui e segue políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

##### (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

##### (c) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perda por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos empréstimos.

##### 3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.



## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total de empréstimos (Nota 8)	7.994	6.497
Menos caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	<u>(156)</u>	<u>(125)</u>
Dívida líquida	<u>7.838</u>	<u>6.372</u>
Total do passivo a descoberto	<u>(891.788)</u>	<u>(732.623)</u>
Total do capital	<u>(883.950)</u>	<u>(726.251)</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>

#### 4. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custo amortizado		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	156	125
Sociedades do Grupo Novonor (Nota 6 (a))	<u>1.349</u>	<u>1.349</u>
	<u>1.505</u>	<u>1.474</u>
Custo amortizado		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos (Nota 8)	7.994	6.497
Fornecedores	5	2
Sociedades do Grupo Novonor	<u>12.611</u>	<u>9.039</u>
	<u>20.610</u>	<u>15.538</u>

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	21	4
Aplicações financeiras (i)	<u>135</u>	<u>121</u>
	<u>156</u>	<u>125</u>

(i) Aplicação financeira de curto prazo e alta liquidez, prontamente conversível em caixa, remunerada à 75% (2020 – 75%) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

#### 6. Partes relacionadas

##### (a) Sociedades do grupo Novonor

Substancialmente referente ao saldo que a Companhia possui a receber da investida Centrad Holding referente ao contrato de mútuo firmado em 16 de dezembro de 2020, de R\$1.210.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

##### AFAC - Ativo

Movimentação de AFAC da Companhia com sua investida Centrad Holding em 2022 e 2021:

	Saldo no início do exercício	Adições	Saldo no final do exercício
Centrad Holding	1.768	45	1.813
31 de dezembro de 2022	<u>1.768</u>	<u>45</u>	<u>1.813</u>
31 de dezembro de 2021	<u></u>	<u>1.768</u>	<u>1.768</u>

##### AFAC- Passivo

Durante o exercício de 2021, a Companhia recebeu recursos da acionista NP Parcerias no montante de R\$ 1.817. No exercício 2022, segue a movimentação:

	Saldo no início do exercício	Adições	Capitalização	Saldo no final do exercício
NP Parcerias	12.455	113	(12.455)	113
CNO	367		(367)	
31 de dezembro de 2022	<u>12.822</u>	<u>113</u>	<u></u>	<u>113</u>
31 de dezembro de 2021	<u>11.005</u>	<u>1.817</u>	<u></u>	<u>12.822</u>

#### (c) Sociedades do grupo Novonor – circulante

Saldo correspondente a notas de débito emitidas pela CNO contra a Companhia, referente ao contrato de rateio de despesas.

#### (d) Sociedades do grupo Novonor – não circulante

Saldo corresponde substancialmente ao contas a pagar para a NP Parcerias, de R\$ 12.077 (R\$ 8.636 – 2021), conforme descrito na nota 8. Em 2021 e 2022, a NP Parcerias realizou, com excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados em seu Plano de Recuperação Judicial, como garantidor das dívidas da Companhia.

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7 Provisão para perda em investimentos

##### (a) Informações sobre a investida

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Passivo a descoberto		Prejuízo do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Centrad Holding	96.087.996	96.087.996	50	50	(1.749.179)	(1.415.635)	(333.757)	(360.514)

##### (b) Movimentação do investimento

	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Provisão para perdas em investimentos Centrad Holding	(707.701)	(166.878)	(874.579)
Em 31 de dezembro de 2022	(707.701)	(166.878)	(874.579)
Em 31 de dezembro de 2021	(527.444)	(180.257)	(707.701)

#### 8 Empréstimos

Refere-se a empréstimo junto a OPEA Securitizadora S.A. (anteriormente denominada RB Capital Companhia de Securitização). Em 18 de junho de 2019, com o deferimento do pedido de recuperação judicial do Grupo (Nota 1 (c)), a Companhia reconheceu o vencimento antecipado do empréstimo e, conseqüentemente, vinha reconhecendo no resultado do exercício os encargos e mora decorrentes do vencimento da dívida além de classificar a totalidade do saldo no passivo circulante.

Em 31 de dezembro 2020 foi reconhecido o impacto da reestruturação do passivo financeiro, como resultado da homologação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia ocorrido em 18 de dezembro de 2020. Conforme descrito na nota 1(c) de acordo com o plano aprovado, a proposta apresentada para reestruturação da dívida da Companhia considera que os credores quirografários que optaram pela Opção B terão o crédito corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O valor listado da dívida de R\$ 136.790, em junho de 2019, passou a ser corrigida pelo IPCA e tem novo vencimento em 2045.

Em 03 de fevereiro de 2021 e 13 de dezembro de 2021, a NP Parcerias realizou, com excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados em seu Plano de Recuperação Judicial, como garantidor das dívidas da Companhia. Foram pagos os valores de R\$ 5.783 e R\$ 2.853, respectivamente, referente ao financiamento junto a OPEA Securitizadora S.A. Em 20 de dezembro de 2022, foi pago o valor de R\$ 3.441.

O saldo atualizado da dívida, com base no valor presente após as novas condições de remuneração e prazo de vencimento, considerando a taxa de desconto de 15,64%, líquido dos custos de transação, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 7.994 (2021 – R\$ 6.497).

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Movimentação

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	6.497	10.896
Juros provisionados (Nota 11)	13.918	15.987
Juros pagos	(3.441)	(8.636)
Amortização do custo de transação (Nota 11)	16	20
Ajuste a valor presente (Nota 11)	(8.996)	(11.770)
Saldo em 31 de dezembro	<u>7.994</u>	<u>6.497</u>

#### (ii) Garantias

A Companhia deverá constituir como garantia à favor da Securitizadora penhor em primeiro grau da totalidade das ações emitidas por ela e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da titularidade pela devedora da conta corrente ("Conta Vinculada"), onde deverão ser depositados os valores necessários aos pagamentos a serem efetuados no âmbito do Contrato ("Cessão Fiduciária de Conta").

#### 9 Passivo a descoberto

##### (a) Capital social

Em 31 de dezembro, o capital social e a composição acionária da Companhia estão representados conforme a seguir:

Acionistas	2022			2021		
	Capital	Ações	Participação (%)	Capital	Ações	Participação (%)
NP Parcerias	77.404	46.179.848	95,57	64.949	33.725.000	95
CNO	3.785	2.141.721	4,43	3.418	1.775.000	5
	<u>81.189</u>	<u>48.321.569</u>	<u>100</u>	<u>68.367</u>	<u>35.500.000</u>	<u>100</u>

Em 04 de março de 2022, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 12.822, mediante a emissão de 12.821.569 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R\$12.455 pela acionista NP Parcerias e R\$ 367 pela acionista CNO S.A., ambas mediante a capitalização de AFAC.

#### 10 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Gastos administrativos	(130)	(241)
Serviços de terceiros	(5)	
Outras despesas	(52)	
	<u>(187)</u>	<u>(241)</u>

## NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 11 Resultado financeiro, líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Receita de equivalente de caixa	16	7
Ajuste de valor presente (Nota 8 (i))	<u>10.203</u>	<u>15.174</u>
	10.219	15.181
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e amortização do custo de transação (Nota 8 (i))	(13.934)	(16.009)
Ajuste de valor presente (Nota 8 (i))	<u>(1.207)</u>	<u>(3.404)</u>
	<u>(15.141)</u>	<u>(19.413)</u>
	<u>(4.922)</u>	<u>(4.232)</u>

#### 12 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(171.987)	(184.730)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>46.109</u>	<u>35.500</u>
Prejuízo por ação - em reais	<u>(3,73)</u>	<u>(5,20)</u>

#### 13 Contingências

A Companhia vem discutindo uma ação cível no montante de R\$ 315.145 (2021 – R\$ 365.987) para a qual não foi constituída provisão, decorrente da avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos externos, que consideram a perda na demanda como possível.

#### 14 Eventos Subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.